

PIERRE LAFFITTE E AS TENDÊNCIAS SOCIAIS DO POSITIVISMO

PIERRE LAFFITTE AND THE SOCIAL TRENDS OF POSITIVISMO

Adalmir Leonidio¹

RESUMO: Este artigo busca analisar as tendências sociais do positivismo a partir do encaminhamento que Pierre Laffitte e seu grupo, mormente aqueles ligados ao Círculo dos Operários Positivistas, deram à doutrina criada por Auguste Comte. Está baseado em ampla fonte documental, sobretudo textos dos referidos autores e na análise crítico-histórica deste material. Os resultados mostram enormes disputas no interior do que se convencionou chamar laffittismo, com consideráveis divergências em relação ao positivismo histórico, como entre os sindicalistas.

PALAVRAS-CHAVE: Pierre Laffitte; Positivismo; Ortodoxia

ABSTRACT: This article seeks to analyze the social trends of positivism from the perspective that Pierre Laffitte and his group, especially those linked to the Circle of Positivist Workers, gave to the doctrine created by Auguste Comte. It is based on a wide documentary source, mainly texts by the referred authors and on the critical-historical analysis of this material. The results show huge disputes within what was conventionally called laffittism, with considerable divergences in relation to historical positivism, as among unionists.

KEYWORDS: Pierre Laffitte; Positivism; Orthodoxy

Introdução

A grande maioria dos historiadores do positivismo defende a tese segundo a qual após a morte de Comte a doutrina se dividiu em duas correntes principais: uma fiel ao positivismo religioso do mestre, sob a direção de Pierre Laffitte e outra dissidente, mais científica, sob os auspícios de Émile Littré (RIBEIRO JR., 1983; VERDENAL, 1987; LÖWY, 1987; LEPENIES, 1996; WINOCK, 2006). Já mostrei em outros artigos que esta visão não corresponde

*Este artigo é o resultado parcial de uma pesquisa mais ampla sobre o positivismo, desenvolvida entre 2019 e 2021, com financiamento do Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

¹ Professor Associado na Universidade de São Paulo. Contato: leonidio@usp.br

exatamente aos fatos, e que nem é correta a divisão da obra de Comte em duas metades que se negam e nem é tão monolítica a trajetória e a obra de Littré (LEONIDIO, 2021). Neste artigo busco desenvolver o argumento de que Laffitte e seu grupo vão aprofundar as tendências sociais do positivismo histórico de Comte. Mas também que é difícil falar a partir daí em um laffittismo coeso e orgânico. De fato, como veremos, são muitas as divisões no interior do grupo que se colocou ao lado de Laffitte para defender o legado do comtismo. Além disso, a tendência mais operária e sindical, ao levar mais longe as ideias de reforma social, acaba por se afastar significativamente do comtismo, no fim dos anos 1880.

Para fazer este estudo, debruçou-se sobre o conjunto da obra de Laffitte e de parte significativa de positivistas ligados a ele por meio da Sociedade Positivista. O método analítico consistiu basicamente em um itinerário que partiu da leitura de toda a obra destes autores, seguida da esquematização de seu pensamento, por meio da divisão em temas ou tópicos. Na sequência, leu-se os principais comentaristas, inclusive e sobretudo os de sua própria época, depois confrontados com o esquema anteriormente elaborado, a fim de ver onde concordavam e onde discordavam as fontes e seus principais comentadores (aqui também foi conveniente dividir os comentários e críticas em temas ou tópicos). Por fim, foram lidos os livros que tratam do tema e da época, a fim de contextualizar o esquema anteriormente feito, separando também estes livros e artigos por temas ou tópicos.

Neste itinerário analítico, um problema que surgiu frequentemente foi o de saber até onde a imagem que os próprios autores tinham de suas obras e de seus pensamentos coincidia com o real significado delas. Nestes casos, o método dialético proposto por Lucien Goldmann diz que é preciso confrontar o significado subjetivo com a significação objetiva de uma obra, a partir da sua relação com as questões históricas mais importantes da época do autor, entendendo que a totalidade da obra é, em certo sentido, uma construção a partir da totalidade histórica e social (GOLDMANN, 1967).

Na exposição dos resultados obtidos buscou-se seguir a sequência das obras e suas mudanças de postura, em função dos problemas concretos da época. Por isso, ela está dividida em três momentos principais: a situação histórica do positivismo na época de Laffitte, as relações de Laffitte com as ideias socialistas e o desenvolvimento e atuação do Círculo dos Operários Positivistas.

A situação do positivismo na época de Laffitte

Qual é o lugar exato de Pierre Laffitte (1823-1903) e a situação do positivismo após a morte de seu criador? Laffitte conheceu as ideias de Comte em 1842, aos dezenove anos, após ler o recém-publicado quinto volume do *Cours de philosophie positive*. E após conhecer pessoalmente aquele que havia sido pouco antes seu algeu na seleção para a Escola Politécnica, passou a seguir os cursos, indicados por ele, de Fisiologia, Anatomia e História Natural de Henri de Blainville (1777-1850), Claude Bernard (1813-1878), Louis Auguste Segond (1819-1908) e Charles Robin (1821-1885) (ANTOINE, 1881). Pode-se dizer, portanto, que sua formação intelectual se inicia com Comte.

Diferentemente do aspirante Laffitte, recém-saído do Liceu e reprovado na Escola Politécnica, Émile Littré (1801-1881), bem mais velho, já conhecia Comte desde 1840 e tinha por trás de si uma formação sólida e importante trabalho de publicista no *Le National* e na *Revue des Deux Mondes*. E Comte nunca escondeu a admiração que tinha pela inteligência de seu “mais eminente discípulo”, particularmente por sua formação em biologia e medicina, mas também pela competência que vinha mostrando em ajudar a difundir suas ideias na imprensa, conforme confessa em várias cartas a John Stuart Mill (COMTE, 1877, p. 250e seguintes). Nestas mesmas cartas, que vão até o ano de 1846, o nome de Laffitte sequer é mencionado. Somente em carta de 1854, ao Dr. Audiffrent, fala dele como “o mais velho, o mais inteligente e o mais educado dos discípulos” (COMTE, 1903, p. 254).

Algo provavelmente aconteceu para esta mudança de opinião. Embora o rompimento formal de Littré com Comte só se dê em 1859, na obra *Paroles de*

philosophie positive, provavelmente eles já andassem se estranhando antes disso, o que refletiria nesta mudança. As cartas de Comte dão uma pista sobre estas desavenças, mas nada fica absolutamente claro. Alguns biógrafos falam em 1852 como o ano do rompimento entre os dois. Mas isso não se confirma em nenhum documento de época. Seja como for, a obra *Conservation, révolution et positivisme* (1852) ainda está formalmente ligada aos preceitos da Religião da Humanidade. E depois dela, salvo alguns artigos onde não se vê nenhuma divergência entre os dois, só temos a mencionada obra de 1859.

Portanto, até a morte de Comte, apesar da proximidade doutrinária entre Littré e Laffitte, e apesar da mudança gradativa de opinião de Comte, há diferenças significativas de lugar que ocupam no interior do positivismo os dois discípulos mais importantes. Isso explica em parte a ferrenha disputa política em torno da herança positivista após 1857. Por um lado, seguindo suas novas tendências liberais e republicanas, Littré julga necessária uma reforma profunda do positivismo, particularmente negando a Política Positiva e suas ideias morais, bem como a Religião da Humanidade e qualquer aproximação com o socialismo e o movimento da classe operária. Por outro, Laffitte mantém-se fiel ao legado do mestre e, como veremos, aprofundará as tendências sociais e morais da sua doutrina.

Este período na França corresponde ao Segundo Império, quando Louis Bonaparte, após ser eleito em 1848, dá um golpe em 1851 e permanece no poder até 1870. Corresponde a um período de intensa repressão dos trabalhadores das oficinas nacionais e da liberdade de expressão. Os republicanos Victor Hugo e Edgar Quinet são exilados e uma nova aliança do Trono com o Altar é formada. Esta aliança será combatida tanto por liberais e republicanos, quanto por reformadores sociais de diferentes tendências que buscam fazer avançar a luta política da classe operária.

O primeiro ato da batalha política entre littréístas e laffittistas surge neste contexto de intensas disputas, em torno da execução testamentária de Auguste Comte. Embora Laffitte tivesse sido escolhido para presidir a execução testamentária, ele precisava do consentimento da ex-mulher de Comte, que sob

certa influência do amigo Littré, reivindicava a anulação do testamento, por ser este “obra de loucura”. O caso foi parar na Justiça e se arrastou até 25 de fevereiro de 1870, quando o juiz responsável pelo caso decretou a entrega aos testamentários de “todos os papéis que Auguste Comte tinha confiado a eles a custódia e a publicação”, e os autorizou a publicar o testamento, com “certas reservas em relação a Mme Comte”. Por este motivo, a publicação integral do texto não pôde ocorrer até a morte dela, em 1884 (ANTOINE, 1881, p. 24-29; CORRA, 1923, p. 31-33).

A etapa seguinte se daria inteiramente no campo das ideias. Em seu testamento, escrito em 1855, Comte havia deixado claro que a terceira parte de sua obra, relativa a uma “síntese universal”, e tão importante quanto a filosofia e a política positiva, estava “prestes a começar”, mas se porventura ele “desaparecesse antes de completar este último terço do trabalho, meus sucessores poderiam me substituir melhor do que meus antecessores” (COMTE, 1896, p. 6). Esta “síntese universal” estaria especialmente voltada para o “aperfeiçoamento moral” da humanidade, isto é, a “subordinação do egoísmo ao altruísmo” e levaria cerca de seis anos para ser completada². Ele fala em “sucessores” e não cita o nome de Laffitte. E, um pouco mais à frente, diz que seu “digno sucessor” no sacerdócio da humanidade ainda não havia sido encontrado, embora faça referência aí a um “santo amigo” (COMTE, 1896, p. 10).

De fato, quando trata da organização do apostolado, em nenhum lugar fica exatamente clara a escolha de Laffitte para ser seu sucessor. Fala da necessidade de se manter ativa a Sociedade Positivista, criada em 1848, até o “advento de um Comitê Positivo”. Sua composição temporária estava assim definida: na França, Laffitte, Magnin, Hadery, Deullin e Lonchamp, sendo Fabien Magnin seu presidente perpétuo; na Holanda o conde de Stirum, na Espanha Don José Flórez, na Prússia o barão de Ribbentrop e na Inglaterra Richard Congreve, Henri Edger e John Fisher. Acima de todos estaria o Sumo

² O primeiro tomo deste trabalho veio a lume no ano anterior ao da morte de Comte e se intitulava *Synthèse subjective ou système universel des conceptions propres à l'état normal de l'humanité*.

Sacerdote da Humanidade, que seria o próprio Comte, caso ainda estivesse vivo e não tivesse sido escolhido um sucessor (COMTE, 1896, p. 20).

Em seguida fala da necessidade da formação de um “triumvirato sistemático que governará a República Francesa durante a transição orgânica”. Este “triumvirato” seria formado por Magnin, “Governador das Finanças”, Hadery, “Governador do Interior” e Deullin, “Governador do Exterior”. O nome de Laffitte só aparece quando ele fala da formação de um “núcleo sacerdotal”, formado por “cinquenta filósofos” e mantido por um “subsídio positivista”, dirigido simultaneamente por Laffitte e Florez. Quanto ao sacerdócio, além de Laffitte, seis outros nomes aparecem como potenciais candidatos: Papot, Audiffrent, Foley, Robinet, Razalgette e Fisher (COMTE, 1896, p. 24).

O Comitê, depois transformado em Conselho Positivista, seria de fato formado por Audiffrent, Bazalgette, Congrève, Robinet, Laffitte, Edger, Fisher, Papot e Sabatier, Mas foram os próprios membros do Comitê que nomearam Pierre Laffitte presidente. Em uma circular inaugural de 30 de outubro de 1857 (9ª Circular aos Cooperadores do Subsídio), este último informou aos colegas que as funções de presidente consistiam "em centralizar, na medida do possível, todos os esforços de divulgação e instalação da nova escola." Para tanto, manteve o subsídio sacerdotal, instituído por Auguste Comte, e inaugurou o culto positivista, em 19 de janeiro de 1858, por época da comemoração do aniversário de nascimento de seu fundador (CORRA, 1923, p. 45-47).

Apesar de não ficar clara em nenhum lugar a escolha de Laffitte por Comte para ser seu sucessor, a suposta predileção do mestre teria despertado um certo ciúme entre os demais discípulos, de certa forma cultivada pelo próprio Laffitte. Este problema já havia sido previsto por Comte em seu testamento, mas nem mesmo ele acreditou que isso poderia ter maiores consequências. Então, apesar de Laffitte ser apoiado por muito tempo pela maioria dos colegas, o germe da discórdia já estava plantado desde o início do grupo e nada tem a ver com questões doutrinárias, mas de organização. Nunca se teve a certeza da legitimidade de sua liderança.

Um primeiro cisma ocorreu logo após a fundação da Terceira República³, conduzido por Eugène Samérie, ao criar um órgão de publicidade bimestral intitulado *La Politique Positive*, em 1872. Agora o ambiente político era bem diferente e a liberdade de expressão havia retornado à França. Muitos positivistas se sentiam motivados a escrever para a imprensa periódica e até criar novos veículos. O jornal de Samérie contou com o apoio de Robinet, que publicou vários artigos, apesar de se manter ligado ao grupo de Laffitte. Mas teve existência efêmera, desaparecendo em 1873, após sua trigésima primeira edição (SAMÉRIE, 1872).

Uma crise mais significativa eclodiu em 1878, em torno da ideia de colocar a escola antes da igreja, subordinar o espiritual ao temporal e não seguir o exemplo de Auguste Comte que, em seus últimos anos de vida, cheio de orgulho pelo imenso trabalho que realizou, teria se dirigido, “em tom pontifício, a toda a humanidade”. Incomodado por essa ideia, Richard Congrève e seus apoiadores não apenas criticaram a conduta e a autoridade de Pierre Laffitte, como contestaram a legitimidade de seu título de diretor; eles exortaram os positivistas ingleses a se separarem dele e a seguirem um caminho próprio. Apesar disso, mais uma vez fica claro não haver “divergência na doutrina como um todo”, segundo o próprio Congrève: “seria apenas na forma de apresentar este conjunto que discordamos, o que se resume a uma questão de direção” (ANTOINE, 1881, p. 57).

Segundo Émile Corra, discípulo de Laffitte, não só uma boa parte dos positivistas permaneceu fiel ao seu diretor, como também sua autoridade moral saiu ainda mais fortalecida. Mas, segundo o mesmo Corra, o exemplo dado por Richard Congrève teria sido, mais tarde, seguido “por jovens positivistas de menor estatura”, como Miguel Lemos no Brasil e Georges Lagarrigue, no Chile (CORRA, 1923, p. 62). Eles também teriam se separado de Pierre Laffitte, declarando ser ele “um líder insuficiente”. De fato, pode-se ver claramente este

³ A Terceira República francesa teve início em 1870 e durou até 1940. Foi a experiência republicana mais longa até então, desde a Revolução em 1789.

cisma de Lemos e Lagarrigue na carta de 24 de março de 1883, trocada por Lemos com Laffitte (LINS, 1964, p. 561).

Uma terceira crise surgiu durante o processo de dismantelamento do Império Otomano e a instituição de um protetorado francês na Tunísia, em 1881. Acontece que muitos positivistas esperavam um firme protesto por parte de Laffitte, que acabou se abstendo de fazê-lo, o que irritou muita gente dentro da Sociedade Positivista.

Alguns anos depois, Pierre Laffitte sofreu forte pressão de seus colegas testamentários. Desta nova crise, apenas quatro, designados pelo próprio Auguste Comte, permaneceram na função. Exigiam uma classificação e um inventário detalhado dos arquivos de Auguste Comte, cuja conservação teria deixado muito a desejar. Além disso, acusavam-no de ter assumido autoritariamente a presidência da Sociedade Positivista, enquanto o próprio Comte havia designado Magnin para a função. Por fim, condenavam a atitude de Laffitte de encerrar a execução testamentária em 1894, sem consultar a nenhum dos executores restantes, e de ter agido em causa própria ao criar a empresa Pierre Laffitte et Cie para a compra da casa de Comte, situada na rue Monsieur le Prince, 10 (CORRA, 1923).

Finalmente, em uma reunião excepcional da Sociedade Positivista, feita em 25 de abril de 1897, a pedido de alguns colegas, Pierre Laffitte proclamou publicamente sua escolha de Charles Jeannolle para sucedê-lo na direção do Positivismo, e, ao falecer, em 4 de janeiro de 1903, aos 80 anos, este assumiu o título de diretor até sua morte, em 1914. Mas Jeannolle também teve enorme dificuldade de exercer seu mandato, em função de profundas divisões no grupo de Laffitte, motivadas pela cobiçada posição de diretor (CARNEIRO, 1981).

Durante a maior parte deste tempo, em que esteve à frente da Sociedade Positivista, Pierre Laffitte restringiu suas atividades a uma “pequena audiência”, no apartamento de Auguste Comte. Segundo Émile Antoine, a “conspiração do silêncio” promovida pela grande imprensa seria a maior responsável por isolá-lo do grande público. Nos grandes jornais de Paris, como *Le National*, um jornal liberal que cedeu certo espaço para republicanos como

Littré, nada se dizia das aulas de Laffitte, nem tão pouco de suas publicações. Antoine chega mesmo a culpar Littré, por sua “difamação” contra o “diretor do positivismo”. Em certo sentido, então, foi para furar este bloqueio da grande imprensa que Laffitte criou, em 1 de maio de 1878, *La Revue Occidentale* (ANTOINE, 1881, p. 67).

Apenas em 1880, Laffitte obteve de Jules Ferry, então Ministro da Instrução Pública, o direito de professar livremente as ideias positivistas perante o grande público, na antiga Sorbonne, no anfiteatro Salle Gerson, onde atraiu e manteve um grupo bem maior por oito anos. Como veremos, este é o período em que muitos positivistas do grupo de Laffitte estão atuando no governo da Terceira República. Quando a sala foi fechada, durante a construção da nova Sorbonne, Liard, então reitor da Universidade de Paris, e Renan, diretor do College de France, colocaram à sua disposição um dos anfiteatros deste último estabelecimento, no qual continuou sua educação dominical de inverno até 1893. A partir deste ano, assumiu também a cátedra de História Geral da Ciência, criada por Antonin Dubost e Léon Bourgeois. Mas, em função da idade, foi substituído, em 1900, por Camille Monier.

Apesar de não ter tido nunca a gravitação intelectual que imaginou que teria, tão pouco de constituir inúmeros adeptos de suas ideias, mormente no plano do poder temporal, Pierre Laffitte tinha admiradores conhecidos da história republicana francesa, como o anteriormente citado Jules Ferry. Émile Corra relata que ao retornar da comemoração anual do nascimento de Gambetta, em Les Jardies, em 7 de janeiro de 1900, juntamente com “o senhor Guizot”, ouviu este dizer que “tinha ficado muito esclarecido, do ponto de vista filosófico, pelas frequentes e familiares conversas que teve com Laffitte, no Café Voltaire ou na Sociéte des Félibres”. E, ainda segundo Corra, “outros políticos franceses, notavelmente Suppler, Jules Roche, Ranc, poderiam ter feito a mesma confissão” (CORRA, 1923, p. 73).

Portanto, o que se pode concluir é que o grupo de Laffitte, profundamente dividido e menosprezado pela imprensa e pelos republicanos, nunca teve, na França, o sucesso que teria em outros países, como o Brasil, o

Chile e o México, apesar das ligações com o governo de sua ala sindical. Mas nisso não estava sozinho, pois a sorte de Littré e seus adeptos não foi muito diferente. Como já foi afirmado por vários autores (GRANGE, 1996; LEPENIES, 1996; PAIM, 1967), apenas o tema difuso do positivismo, isto é, o cientismo e a hipervalorização da ciência teria algum sucesso na Europa. Normalmente confunde-se este positivismo difuso com o que se convencionou chamar de littréismo, mas esta associação não está correta⁴.

Mas a par de seu exato lugar, qual foi o legado intelectual de Laffitte e sua real importância na França? Conforme declarou na primeira circular à frente da Sociedade Positivista, seu objetivo principal era “continuar a obra de Auguste Comte”. Mas não quer dizer, como muitos críticos fazem crer, que ele se contentou em ser um mero divulgador das ideias apresentadas pelo mestre. Tendo este último morrido prematuramente, o positivismo estava incompleto, conforme suas próprias palavras. Muito do que ele chamou de último terço de sua obra, a síntese universal e subjetiva dos outros dois, ainda precisava ser trabalhada. Comte não deixou escrito em nenhum lugar que caberia a Laffitte esta tarefa. Mas ele acreditou que sim. E disse isso em inúmeras ocasiões.

Uma das primeiras questões que Laffitte buscou enfrentar dizia respeito à polêmica levantada por Littré, segundo a qual Comte não havia sistematizado as ideias positivistas a partir de princípios universais, isto é, haveria profundas falhas na filosofia do criador do positivismo. Para responder a isso, Laffitte criou o seu *Cours de Philosophie Première*, inaugurado em 14 de novembro de 1869. O curso foi depois publicado em dois volumes, o primeiro, relativo às leis gerais do entendimento, em 1889, e o segundo, relativo às leis universais do mundo, em 1894. Trata-se na verdade de uma discussão bastante empobrecida, apesar de sua extensão, sobre a lógica indutiva e que, portanto, não vale a pena seguir aqui (LAFFITTE, 1894). Mas Littré também nada acrescentou a esta discussão. Do que se conclui que apesar do pioneirismo de Comte, a melhor exposição do problema deve-se a John Stuart Mill (1989)⁵.

⁴ Esta discussão foi feita em outro artigo do autor ainda inédito.

⁵ Este tema será tratado em outro artigo.

A segunda questão também se origina de uma polêmica com Littré, segundo a qual Comte não só deixara inacabada a Sociologia, como não fora capaz de construir uma Moral Positiva. Na verdade, Littré pensava que a moral estava fora da alçada da ciência. Laffitte respondeu do mesmo modo: criou um curso de Moral Positiva, Teórica e Prática, à qual, além das palestras populares, dedicou três exposições gerais e seis anos de ensino (1872-73 1878-79 1884-85). Essas lições foram publicadas sucessivamente em diferentes números da *Revue Occidentale*. Posteriormente, em 1880, publicou *De la morale positive*. Laffitte considerava a moral o ponto alto do positivismo porque ela representava a passagem da teoria à prática, a partir da ideia de “dever social”, em detrimento da ideia de “direito” e de “consciência individual”, própria à era metafísica ou democrática. O dever era a bússola por meio da qual deveriam navegar os indivíduos de uma sociedade crescentemente desregrada (LAFFITTE, 1881).

Acontece que as regras de uma moral positiva pretendiam ser regras universais, aplicadas a toda a humanidade. Então, Laffitte dedicou-se também ao estudo das civilizações orientais. Ele acreditava que uma política positiva só seria possível se incluísse também o Oriente, de “modo a organizar uma verdadeira unidade planetária” (ANTOINE, 1881, p. 69). Além disso, em seu estudo sobre os tipos humanos, dedicou várias páginas a figuras emblemáticas fora do Ocidente, a quem demonstrou admiração e respeito, como Toussaint-Louverture, e onde fica claro que Pierre Laffitte e o comtismo não tinham uma relação direta com as teorias racistas da época (LAFFITTE, 1882).

Como podemos então esquematizar estas diferentes manifestações do positivismo no fim do século XIX na Europa e na França? Por um lado, temos os fiéis seguidores que acompanharam Auguste Comte até o fim, como Robinet e Laffitte, com muitas divisões entre eles, e, por outro lado, aqueles que acompanharam Littré em suas reformulações e ressignificações do positivismo, como o russo Wyrouboff e Charles Robin. O grupo de Laffitte tem em Paris, segundo Émile Corra, “algumas centenas de membros, no máximo”, mais “alguns grupos” existentes em algumas províncias. Haveria também alguns

poucos seguidores fora da França, particularmente na Suécia e em partes do sul da Alemanha. Na Inglaterra, observa-se a mesma tendência que na França: por um lado os comtistas como Harriet Martineau, Richard Congrève e o Doutor Bridges, que manteve viva polêmica com Mill pela divisão feita, como Littré, da obra de Comte em duas metades que se negam. Ao lado de Mill, mas com diferenças significativas, pode-se colocar também Spencer, que buscou ressignificar o positivismo de Auguste Comte. Ao lado desses positivistas de primeira ou segunda hora, na França e na Inglaterra, deve-se acentuar a presença de “uma multidão flutuante e sempre crescente de positivistas por intenção e de fato”, homens de ciência, políticos, literatos, pensadores, que, sem ter estudado profundamente a doutrina, se apegaram às duas proposições centrais do positivismo: excluir a metafísica e a religião e reduzir o conhecimento à ciência positiva, que deve bastar para tudo, sendo a única que pode dar resultados verificáveis e estar fora de possíveis erros e contradições: “O positivismo está na ordem do dia; suas noções e fórmulas essenciais são difundidas entre o público ativo, que as adota sem saber sua origem e de formas geralmente vagas e confusas”. (ANTOINE, 1881, p. 75).

Das simpatias pelo socialismo à crítica da economia política

Costuma-se atribuir a este positivismo difuso o refluxo do marxismo teórico, durante a Segunda Internacional (HOBSBAWM, 1982). Por outro lado, é comum entre estudiosos do positivismo a tese de que os fiéis do comtismo eram apenas um bando de fanáticos sem maior importância no movimento político da época, diferentemente de Littré, que teve importantes influências sobre o republicanismo. Acontece que o positivismo de Littré, em sua fase triunfante, fase republicana, desprezou o movimento da classe operária. Então, coube a Laffitte e seus aliados estabelecerem o diálogo possível entre o positivismo e o socialismo.

Comte havia sido muito dúbio em relação à classe operária. Por um lado, temia o crescimento de seu movimento, que poderia levar a uma desordem política. Mas, por outro, empolgou-se com sua energia revolucionária e

acreditava que a massa operária estaria mais aberta ao positivismo que a burguesia. Tudo se resumia a uma questão de correta direção filosófica. Por isso fundou, em 25 de fevereiro de 1848, a Association Libre pour L'Instruction Positive du Peuple, embrião da futura Société Positiviste. Seu propósito, como resta óbvio, não era apenas propagar o positivismo entre aqueles que lhe pareciam mais permeáveis aos seus princípios, mas principalmente “propiciar o advento do novo poder espiritual” (COMTE, 1877, p. 25; COMTE, 1848).

Era natural, portanto, em uma época impregnada pelas ideias de liberdade e igualdade, que o movimento operário oferecesse certa resistência às posições autoritárias e burocráticas de Comte, mormente no contexto político do Segundo Império. Conquistar a classe operária com um discurso “organicista” não seria tarefa fácil. Mas a palavra “classe operária” pode ser enganosa neste período. De fato, havia muitas cisões no interior da classe e mesmo entre “trabalhadores” e “pobres”. Além disso, ela era frequentemente absorvida pelo “mundo da classe média”. E muitos trabalhadores se sentiam orgulhosos de seus trabalhos e de suas especialidades (HOBSBAWM, 1996, p. 308-313).

Por isso, o socialismo aparecia a Laffitte, ao mesmo tempo, como um aliado e um concorrente na “doutrinação operária”. Sua luta seria por isso no campo das ideias. E em 1865 ele encontrou a oportunidade que buscava com a fundação, por Fabien Magnin, de um grupo positivista no centro industrial de Puteaux (subúrbio de Paris). Durante o inverno deste ano ele iniciou uma série de cursos sobre as concepções fundamentais do positivismo e sobre a história geral da humanidade. Estes cursos se estenderam por quatro anos seguidos e em 1874 passaram a abordar também a questão da “moralidade positiva”. Em 1875 eles passaram também às bibliotecas populares existentes em vários bairros de Paris.

Mas não só os operários das cidades entravam nos cálculos políticos dos positivistas. Antes de romper com Comte e quando ainda nutria certa simpatia pelas lutas populares, Littré realizava anualmente cursos de formação no campo. Estes cursos não estavam voltados para os camponeses, mas de todo

modo demonstravam uma sensibilidade que faltava ao movimento da classe operária de seu tempo, ao perceber que uma massa de explorados muito maior do que a dos trabalhadores das fábricas estava à margem de qualquer movimento político e de qualquer preocupação intelectual. Laffitte também criou seus cursos de educação popular no campo. E como os de Littré, também estavam voltados genericamente para diferentes classes.

Mas qual era o fundamento doutrinário destes cursos? Uma questão central para a filosofia de Comte era uma separação escrupulosa entre teoria e prática, traduzida em termos políticos por uma separação entre poder espiritual e poder temporal. E esta discussão volta a ser importante exatamente no contexto da aliança acima referida entre o Trono e o Altar. Para Comte, enquanto cabe ao poder espiritual a função de aconselhar, cabe ao poder temporal a função de executar, comandar. Daí as dificuldades de Laffitte em compreender que não se tratava só de uma questão de doutrinação, mas também de organização da classe. Mas esta separação quer dizer também que toda produção intelectual devia visar um fim social, satisfazer as necessidades da sociedade como um todo e não caprichos meramente “individuais e especulativos” (LAFFITTE, 1875, p. 2). “A classe contemplativa”, diz Laffitte, “é alimentada pela classe ativa. Teóricos, cientistas ou artistas não produzem diretamente; se, portanto, sua atividade intelectual não tiver uma utilidade social, mais do que todas as outras, eles apenas terão sido um fardo para a sociedade” (LAFFITTE, 1859, p. 2).

Esta separação entre teoria e prática era o fundamento do socialismo utópico de Saint-Simon, um dos “antecessores” mais importantes de Comte (LÖWY, 2002). Contudo, há aí uma questão tipicamente comteana, para quem o organicismo é uma questão central: o que vai garantir precisamente que os intelectuais não sucumbam a “divagações inúteis”? A instituição de um sistema de “regulação das forças teóricas”, cujo componente essencial é a “moral positiva”, particularmente a noção de “dever”: todos devem saber seu lugar assim como sua função neste imenso organismo vivo que é a sociedade. Sem isso o todo se degenera e cai na mais profunda “anomia social”.

Em suma, então, “o verdadeiro caráter do Positivismo” para Laffitte “é aconselhar a atividade política e social, iluminando a direção do presente a partir do conhecimento da tendência do passado para um futuro determinado” (LAFFITTE, 1859, p. 6), uma espécie de utopismo organicista. E qual é a situação do presente? Primeiro e acima de tudo a “ausência de uma direção geral dos espíritos”. Assim como a sociedade, a razão individual e a própria consciência precisam de governo. Depois, a divisão da “massa trabalhadora”⁶ em duas classes que competem entre si, o “patriciado” e o “proletariado”. O patriciado é ao mesmo tempo o “chefe da indústria”, aquele que comanda o trabalho no interior das fábricas e que recebe um salário maior, e o empresário. Pode parecer contraditório que Laffitte reclame aqui daquilo que Comte sempre reivindicou, uma coordenação geral do trabalho no interior das fábricas. Mas o problema não é a hierarquia, que é sempre boa para o comtismo, mas o espírito de competição, que leva os operários não só a invejarem a situação de seus superiores, mas a se preocuparem exclusivamente com sua situação individual. Para Laffitte, portanto, falta o princípio moral que faça do trabalho não um meio de satisfação pessoal, mas um dever social com o outro, com o todo (LAFFITTE, 1859, p. 12-14).

Laffitte não partiu de uma oposição clara entre burguesia e proletariado para pensar a situação objetiva dos trabalhadores, ainda que em determinados momentos fale do egoísmo daquela. Mas, como se vê, seu pensamento parte de premissas anti-individualistas (DUMONT, 1991) e é precisamente neste ponto que se dá o encontro com o movimento socialista e algumas de suas ideias. O todo é anterior às partes, o social ao individual. Além disso, a separação entre teoria e prática não é um problema do positivismo, estando presente também dentro do socialismo (LÖWY, 2002). A questão que cabe esclarecer, no entanto, é até onde vai esta simpatia e quais exatamente as relações estabelecidas pelo laffittismo com o movimento político de classe.

⁶ Aqui também se nota a influência de Saint-Simon, para quem trabalhadores eram todos os que se ocupavam da atividade industrial.

Basicamente, o positivismo de Laffitte simpatiza com a ideia socialista da origem e do fim social da riqueza: “Os comunistas estabelecem o princípio indiscutível de que a riqueza é social em sua fonte e deve sê-lo em seu uso” (LAFFITTE, 1859, p. 25). Mas, como veremos, não é contra a propriedade privada. Além disso, muitas vezes confunde o comunismo com o simples coletivismo e até com o movimento cooperativista. E também quase sempre reduz o problema da apropriação coletiva da riqueza ao problema de sua forma democrática: “o processo comunista consiste em ter o capital social administrado por diretores temporários, eleitos e revogáveis; é uma aplicação geral do sistema eleitoral ao corpo industrial” (LAFFITTE, 1859, p. 35).

Mas também simpatiza com a crítica à economia política e ao liberalismo, mas de um modo bem peculiar. Primeiramente, se os economistas liberais “são profundamente inferiores aos comunistas, pois não têm o mérito de propor o problema social, nem de esboçar uma solução” (LAFFITTE, 1859, p. 38), eles se parecem muito em sua ignorância das leis naturais que regem a sociedade. Em suma, a economia política estaria reduzida a dois princípios fundamentais: “1. Os fenômenos da vida industrial estão sujeitos a leis naturais, independentes da vontade humana, individual ou coletiva; 2. Devemos abandonar esses fenômenos ao seu próprio curso e, acima de tudo, ter cuidado com qualquer intervenção sistemática” (LAFFITTE, 1859: 38). De acordo com a doutrina, apesar de os fenômenos sociais estarem sujeitos às leis naturais, eles não são “imodificáveis”. Ao contrário, o conhecimento dessas leis “deve fornecer a base para uma intervenção que, não sendo arbitrária, será tanto mais eficaz para o seu desenvolvimento harmonioso” (LAFFITTE, 1859, p. 39).

A discussão avança um pouco mais alguns anos mais tarde. Em um livro de 1876, *Le positivisme et l'économie politique*, Laffitte faz uma análise detalhada da ideia de liberdade econômica e até esboça uma ligeira crítica à noção de valor que, segundo ele, “cria uma confusão singular e uma impossibilidade total de fixar a equivalência dos serviços trocados, especialmente por salários, que nunca pagam pelo trabalho prestado” (LAFFITTE, 1876, p. 7). Basicamente, para ele toda troca é injusta quando as

partes estão em condições desiguais, particularmente quando feita com “povos que não alcançaram o mesmo grau de desenvolvimento industrial” (LAFFITTE, 1876, p. 9).

Mas critica igualmente tanto a perspectiva de um Estado socialista, quanto os diferentes grupos associacionistas, por suas tendências ao nivelamento social. Neste sentido, a ordem capitalista parece-lhe mais de acordo com a ordem natural das coisas: respeita as diferenças de aptidões individuais, a divisão do trabalho, a diversidade e a hierarquia de funções, a divisão de classes entre empresários e trabalhadores, a necessidade do capital e a legitimidade dos lucros. Os lucros, aliás, parecem-lhe tão necessários quanto a propriedade e a herança, porque “aumentam a riqueza pública”. E no fim Laffitte até assemelha liberais e socialistas, porque ambos estariam em uma mesma perspectiva individualista da apropriação da riqueza: “Ambos suprimem o ponto de vista social, o dever, a dedicação” (LAFFITTE, 1876, p. 14).

Então, qual era o contraponto positivista ao liberalismo, segundo Laffitte? “Em primeiro lugar”, diz Laffitte, “proclamamos que nossa intervenção sistemática só pode consistir em regularizar a ordem natural que resulta espontaneamente das leis fundamentais dos fenômenos sociais” (LAFFITTE, 1859, p. 40). Como dito, esta “ordem natural” pressupõe a divisão da “massa ativa” da indústria em “empresários e trabalhadores”. Os trabalhadores, por seu lado, têm entre eles seus “chefes”, suas “cabeças”. Mas como fazer para regularizar esta disposição natural da sociedade, sem que ela seja consumida pela inveja e a competição?

Um dogma fundamental do Comtismo é que nenhuma mudança social ou política da sociedade pode ser feita sem antes haver uma mudança “nas opiniões, costumes e hábitos dominantes”. Em outras palavras, qualquer mudança no plano temporal deve ser antecedida por uma mudança no plano espiritual. Esta mudança, essencialmente intelectual e moral, nunca é radical, mas sempre lenta e gradual. Esta solução final é a “incorporação social do proletariado”, por meio de uma moral positiva que estabeleça “os deveres

recíprocos dos dois elementos fundamentais da indústria ocidental”, o “patriciado” e o “proletariado” (LAFFITTE, 1859, p. 42).

Estes deveres recíprocos resultam essencialmente de dois princípios fundamentais. Primeiro, o único fim da riqueza criada “por nossos predecessores deve ser dirigida acima de tudo para o serviço de nossos sucessores”. Segundo ele, o erro dos comunistas seria sacrificar a “continuidade à solidariedade”, criando uma espécie de “egoísmo coletivo”, que consome toda a riqueza produzida sem pensar nas gerações futuras (LAFFITTE, 1859, p. 42-43). Basicamente, o que propõe então é uma espécie de consumo frugal, apenas observadas as necessidades reais da sobrevivência. Não chega a ser uma crítica do trabalho pelo trabalho, obviamente, e nem é menos alienado em relação aos problemas concretos da luta de classes, mas não deixa de estar bem adiantado em relação ao pensamento geral ligado ao crescimento e à distribuição da riqueza que hoje tanto incomoda aos ambientalistas.

Para Laffitte, somente quando o homem deixa de trabalhar para satisfazer suas próprias necessidades, competindo com os demais por recursos, e passa a trabalhar para o aprimoramento da sociedade é que seu trabalho ganha um “caráter verdadeiramente social”. A crítica aqui não é só ao liberalismo, mas também ao darwinismo social, que já começava a despontar como uma concepção concorrente do positivismo. Segundo o raciocínio, que também é atual entre biólogos, as espécies de sucesso no reino animal não são as que competem, mas as que cooperam. Cita o caso dos castores, onde o trabalho cooperado é o fundamento da “continuidade” da espécie. Este seria o preciso sentido do lema comteano “viver para os outros”.

A divisão e a alienação do trabalho é, portanto, um fato incontornável para Laffitte. Um sapateiro, por exemplo, não poderia fazer seus sapatos se outros não produzissem para ele os materiais de que precisa: o couro, a cola, a linha, as ferramentas. E se ele é um bom sapateiro e faz melhor que ninguém seu trabalho não é razoável imaginar que ele se meta a fazer outras coisas de que necessita, como roupas, comida etc. Além disso, muitas pessoas terão de viver sem necessariamente produzir nada do que precisam, como os médicos,

os advogados e os intelectuais. Portanto, se não houver um excedente de trabalho acumulado, como essas pessoas viverão? Por isso, toda forma de capital é essencialmente, para Laffitte, “capital humano”.

Mas, então, se a riqueza é social na sua origem e no seu destino, ela deve ser apropriada individualmente, para que possa se acumular e garantir a sobrevivência das gerações futuras. Apenas aquilo que chama de “renda do capital”, isto é, parte do excedente que se acumula, deveria ser destinada “ao desenvolvimento dos agentes que a produzem e dos instrumentos de trabalho necessários para a produção”, e em parte à “manutenção particular do proprietário” (LAFFITTE, 1859, p. 44).

Então, o segundo princípio fundamental que deve embasar os deveres recíprocos entre burgueses e proletários, não só se choca frontalmente contra todo pensamento socialista, como contra o primeiro princípio enunciado anteriormente por Laffitte: “É necessário (isto é, tão inevitável quanto indispensável) que a riqueza seja propriedade pessoal” (LAFFITTE, 1859, p. 45). O argumento aqui é rasteiro e empiricista, para além de estar notoriamente equivocado: se sempre houve propriedade privada em toda parte da história – e mesmo onde ela era coletiva depois se tornou privada – é porque ela deve ser um fato evidente e incontestável. Além disso, só ela seria a base de todo progresso, pois quem pensaria em melhorar algo que não é seu?

Quanto aos salários, para Laffitte, como dito, eles nunca pagam o trabalho realizado pelos operários. Eles representam “apenas uma indenização material idónea para assegurar a satisfação das necessidades ou das condições de vida essenciais ao desempenho da sua função”. Além disso, eles devem ser suficientes para garantir à “mãe de família” a “permanência em casa”, aos filhos “o tempo de educação e aprendizagem” e aos que chegaram “à idade de aposentadoria, o resto merecido por toda uma vida de trabalho anterior”. Assim estabelecida, “a riqueza é mantida como serviço público e moralizado, com o objetivo essencial de garantir a produção, a concentração, a gestão e a melhor distribuição dos recursos à sociedade”. Sua transmissão deveria obedecer ao “princípio da herança sociocrática”, devendo o dono do capital estabelecer

“para seu sucessor, aquele que ele terá reconhecido como sendo o mais digno de cumprir seu ofício depois dele” (LAFFITTE, 1859, p. 46).

Portanto, a riqueza, que deve sempre cumprir uma função social, somente seria regulada em sua aplicação, mas não em sua posse. Mas se Laffitte era contra a regulação do Estado, qual seria então a garantia dessa função social da riqueza? Nada, a não ser uma rígida moral a ser observada por ambos os lados. O que quer dizer que a distribuição da riqueza no positivismo ficaria entregue ao capricho moral de seus detentores. Fica então ainda uma última pergunta: e quem não fosse moral o suficiente, o que aconteceria com ele? Nada, a não ser advertências ou censura moral (LAFFITTE, 1859, p. 48).

Uma “educação regular e sistemática” bastaria para “determinar os hábitos e disposições apropriados ao uso adequado da riqueza”. Mas o sacerdócio também exerceria uma permanente vigilância moral sobre os possíveis desviantes, advertindo-os quando necessário. Um terceiro elemento de controle dos desvios morais seria a formação de uma opinião pública baseada na classe mais pobre. Três elementos seriam necessários para constituir essa polícia moral: “uma doutrina geral e universalmente aceita, um público suficientemente independente e um corpo sistemático” (LAFFITTE, 1859, p. 50).

Para formar essa “opinião verdadeira”, ligada à massa operária, faltava apenas “uma verdadeira doutrina e um sacerdócio independente que possa ser seu órgão regular”. Este órgão seria uma espécie de sensor supremo, base de todo edifício social. A educação e doutrinação das massas trabalhadoras deveria, pois, preceder qualquer trabalho de emancipação material da classe (LAFFITTE, 1859, p. 53).

A maior ameaça a este trabalho de moralização não vinha, no entanto, do liberalismo ou do socialismo, mas do “materialismo”. Do ponto de vista da ciência, “o materialismo consiste em admitir que o mundo inteiro é governado por um número muito pequeno de leis elementares, que um certo arranjo dos fenômenos mais simples pode dar razão para os fenômenos mais complicados”. O mais representativo pensador desta tendência seria Descartes, “para quem

tudo era forma e movimento”. Um mundo governado apenas por forças materiais e automáticas, como uma grande máquina, não parece uma ideia aceitável para um moralista como Laffitte. Ele opõe ao materialismo o humanismo e defende que toda ciência deve ser guiada por uma finalidade em sua atividade, e essa finalidade deve ser sempre o próprio homem, o seu aperfeiçoamento e felicidade. Daí a importância da religião da humanidade e a superioridade da sociologia como ciência: “Não temos medo de proclamá-lo: para nós, há uma coisa que domina todas as outras; um interesse que nos faz esquecer tudo o mais: é o homem! Qualquer outro estudo deve girar em torno deste, deve ser o acessório e o complemento” (LAFFITTE, 1875, p. 15).

Daí também que todo homem na sociedade deveria ter seu *status* reduzido ao de um simples servidor da humanidade, trabalhando única e exclusivamente para seus semelhantes e sucessores e não para si mesmo: “Todo homem, qualquer que seja sua profissão, exerce uma função pública; os humildes varredores de nossas ruas como o Ministro de Estado também são servidores da Humanidade” (LAFFITTE, 1875, p. 23).

O Círculo dos Operários Positivistas e o ativismo laffittista

Mas ao contrário do que possa parecer, e a despeito do aspecto religioso do positivismo, o grupo de Laffitte não era um grupo de fanáticos de classe média que se reunia para pregar seu catecismo para meia dúzia de seguidores igualmente lunáticos e de igual condição social. Foi ideia do carpinteiro Fabien Magnin (1810-1884), “ex-comunista”, primeiro discípulo operário de Auguste Comte e admirado por Laffitte, a quem confiou a presidência da Sociedade Positivista, a criação de um Círculo dos Operários Positivistas, fundado em 1865 e composto por alguns poucos membros ativos, entre eles o próprio Magnin, primeiro presidente, Isidore Finance, Gabriel Molin, Paul Foucart, Auguste Keufer, Émile Laporte e Edouard Pelletan. O grupo criou subsidiárias fora de Paris e tentou se espalhar pelo país, desenvolvendo cursos populares, publicando brochuras e estabelecendo ligações com sindicalistas ingleses, como o sapateiro George Odger, um dos fundadores da Primeira Internacional.

Chegou a ter mais de 50 membros no fim da década de 1880, mas foi gradualmente diminuindo suas atividades, até ser extinto no início do século XX. Participou ativamente de vários congressos operários, entre 1869 e 1900, fazendo intervenções orais e elaborando relatórios escritos, e até traçando planos para uma Federação Operária (PERROT, 1978, p. 201-204).

Curiosamente, o Círculo foi criado um ano depois da criação, em Londres, em 1864, da Associação Internacional dos Trabalhadores ou Primeira Internacional. A AIT partiu da iniciativa de um grupo de sindicalistas ingleses, juntamente com mais seis operários franceses convidados, nomeadamente os soldadores Tolain e Perrachon, os mecânicos Aubert e Murat, o construtor Cohadon e o tecelão Bibal. Mas apesar de ser operária e anglo-francesa, participaram da sua fundação pessoas de outras nacionalidades e não necessariamente operárias. O comitê provisório ficou assim composto: 21 ingleses, 10 alemães (entre eles Marx), 9 franceses, 6 italianos, 2 poloneses e 2 suíços (KRIEGEL, 1975).

Este comitê se ocupou inicialmente em redigir os estatutos provisórios e definir as atividades da AIT. Foram ao todo cinco congressos realizados: 1866, Genebra; 1867, Lausanne; 1868, Bruxelas; 1869, Basileia; 1872, Haia. Segundo historiadores, estavam dominados em suas discussões por três correntes principais: marxistas⁷, anarquistas e sindicalistas (HOBSBAWM, 1996; COGGIOLA, 2011; KRIEGEL, 1975). Após o congresso de Haia, os bakuninistas foram expulsos e formaram a Internacional de Saint-Imier. E em 1876, após transferência para a Filadélfia, a organização foi extinta.

Após este período, o movimento operário, com tênues ligações internacionais, cresceu e se organizou de forma independente em cada país. Mas ainda assim, várias conferências de cunho internacional foram convocadas por diferentes entidades: 1876, Paris; 1877, Gent; 1878, Lyon; 1879, Marselha; 1881, Chur; 1883 e 1886, Paris; 1888, Londres; 1889, Paris. Por esta última ocasião, em que participaram delegações de vinte países, foi

⁷ Segundo Hobsbawm, o termo “marxista” começou a ser usado por época dos congressos da AIT, para designar os adeptos das ideias defendidas por Marx.

inaugurado, a partir de uma iniciativa de Engels, o período da chamada Segunda Internacional.

Como visto, nada é dito por historiadores sobre a presença de positivistas na Primeira Internacional. Marx, ao assinar o Manifesto Inaugural, deixou claro que a emancipação da classe operária seria obtida por meio da luta dos próprios trabalhadores. Mas em uma entrevista ao jornal *The World*, de Nova Iorque, em julho de 1871, também deixou claro que a Associação não ditava “nenhuma forma determinada de movimento político” e que “as associações de operários não podem ser absolutamente idênticas até ao último detalhe”. E perguntado sobre a existência de “elementos de positivismo na organização”, responde:

De forma alguma. Há entre nós positivistas, como também existem positivistas que não pertencem à nossa organização, embora ativos. Porém, isso não é de forma alguma mérito da filosofia que professam, a qual não tem nada em comum com as ideias do poder popular tal como nós o entendemos; a sua filosofia limita-se a querer substituir a velha hierarquia por outra nova (MARX, 2001, p. 104-105).

A questão a esclarecer é qual foi exatamente a dimensão da participação de positivistas nestes congressos operários. Apesar da importância de Fabien Magnin junto ao Círculo, o primeiro operário a representá-lo na AIT foi Gabriel Mollin (1835-1912), um dourador de metal que passou do comunismo ao positivismo e, depois, em função de divergências internas com o grupo de Laffitte, ao anarquismo. Na época da fundação da AIT, ficou estabelecido que seriam criadas seções europeias sob a direção de um Comitê Central. Então, Mollin fez parte de um subcomitê, composto por dezessete pessoas, destinado à criação da seção francesa, em 8 de janeiro de 1865. Além disso, foi um dos que assinou a carta escrita em 1865 e dirigida aos membros da organização com o objetivo de preparar seu primeiro congresso.

Após a renúncia, em 19 de fevereiro de 1868, dos quinze membros da comissão francesa eleitos durante o congresso de Lausanne (1867), uma nova comissão de nove membros foi nomeada em 9 de março, e Mollin continuava a fazer parte dela. Mas pouco depois a comissão foi dissolvida pela Justiça e todos foram condenados em 22 de maio a três meses de prisão e multa de 100

francos. Depois de solto, Mollin foi escolhido como um dos delegados franceses ao quarto Congresso de Basileia, em setembro de 1869, representando o Círculo dos Proletários Positivistas. Embora o Círculo ainda não fosse membro da Internacional, Mollin foi aceito por unanimidade, dado o fato de ser ex-membro da Internacional e de o grupo do Círculo ser todo de operários, muitos deles também ex-membros da Internacional. No final de janeiro de 1870, o Círculo pediu para ingressar na organização e uma carta de Eugène Dupont de 14 de abril de 1870 comunicou a Mollin a aceitação do pedido pelo Conselho Geral.

Segundo o relatório escrito por Mollin, o quarto congresso estava dominado por “individualistas” (“economistas e mutualistas”) e “comunistas” (“comunistas propriamente ditos” e “coletivistas”) e os trabalhos e discussões giraram em torno de quatro temas centrais, recorrentes nos congressos: propriedade fundiária, herança, sociedades de resistência e instrução operária. Quanto ao primeiro tema, segundo ele as posições estavam divididas em dois tipos: a dos “coletivistas”, que defendiam a propriedade coletiva da terra e a dos “individualistas”, que defendiam a propriedade individual, mas igualmente distribuída entre trabalhadores. Uma terceira posição, contando com menor número de adeptos, seria a daqueles que defendiam que a terra deveria ser de propriedade do Estado, cedida ao camponês mediante pagamento de uma renda, que seria depois revertida aos trabalhadores sob a forma de obras públicas de melhoramentos, saúde e educação dos trabalhadores (MOLLIN, 1870, p. 14-18).

Segue-se uma longa exposição de Mollin, onde nada acrescenta à discussão sobre propriedade, mas apenas faz profissão de fé positivista, repetindo vários argumentos de Laffitte a favor da moralização do operário. Fechando posição com os anarquistas, diz ser contra qualquer intervenção do Estado e que o congresso deveria se abster de votar a questão da propriedade. Apesar disso, a votação é feita e resulta em cinquenta e quatro votos para a propriedade coletiva, quatro contra e 17 abstenções (MOLLIN, 1870, p. 20-24).

Passa então à discussão sobre herança, que é bem mais breve e divide menos opiniões. No geral, uns são favoráveis à sua abolição e outros são mais moderados e propõem “medidas transitórias, consistindo na exigência de um aumento crescente do imposto sucessório e na aplicação do valor agregado do imposto assim gerado às melhorias sociais” (MOLLIN, 1870, p. 25). Mas aqui, apesar da opinião de Laffitte contrária à herança, Mollin não se posiciona. Na votação houve muitas abstenções e nada ficou decidido.

Os debates sobre as sociedades de resistência foram bem rápidos, pois todos, inclusive Mollin, seguindo Laffitte, eram favoráveis a elas, mormente os sindicatos, reconhecendo sua importância para as conquistas da classe operária.

Na questão da instrução operária, Mollin havia sido nomeado relator da comissão responsável e o relatório final afirma que "a Comissão tratará exclusivamente do programa do plano de estudos, e deixará de lado qualquer questão de aplicação local e imediata". Em sua fala, Mollin lamenta que uma discussão tão importante para a classe tenha se limitado a propor a elaboração apenas de um “plano de estudos”. E na sequência, apresenta sua posição sobre a questão.

Primeiro, defende que um sistema educacional positivo deveria separar “a educação, que deve ser privada e ministrada pela família, da instrução, que deve ser pública e ministrada por acadêmicos e filósofos”. Repetindo Laffitte, diz que essa deveria ir da matemática à moralidade. Depois, manifesta-se contra o ensino obrigatório. Argumenta que uma mãe que lavou durante a noite a única roupa de seu filho não pode ser culpada de não mandá-lo à escola no dia seguinte. Em suma, defende que um operário que tivesse uma condição econômica favorável não deixaria de mandar seu filho para a escola. E como contra-exemplo, cita uma fala de Jules Simon no jornal *L'Ouvrière*: “Ainda podem faltar pão e abrigo suficiente na França, mas o único culpado pela falta dos primeiros elementos de instrução é o próprio operário” (MOLLIN, 1870, p. 30).

Mollin cita várias vezes a palavra “dignidade”. Então, é preciso ver que a questão da educação e da moralização da classe operária colocada pelos

positivistas tem também um outro lado importante. Laffitte já havia tratado do problema: “Todo homem, pensando que está trabalhando para seus semelhantes, muito mais do que para si mesmo, se levanta aos próprios olhos e, por mais modesta que seja sua tarefa, a consciência de sua utilidade lhe dá uma ideia elevada de sua própria dignidade” (LAFFITTE, 1875, p. 23). De fato, a situação material da classe trabalhadora nesta época estava a uma distância mínima da miséria. Então, tudo aquilo que pudesse incrementar seu amor-próprio, seu orgulho como classe era bem visto pelos trabalhadores em geral, ainda que essa respeitabilidade fosse adquirida por meio de padrões e valores próprios à classe média (HOBSBAWM, 1996, p. 308-313). Daí certa sedução da classe pelo discurso positivista, que apela exatamente a estes padrões e valores.

Pouco após escrever este relatório, iniciou-se a guerra franco-prussiana. Mollin, com seus amigos do Comitê Central, apresentou uma proposta em 15 de setembro de 1870 com medidas emergenciais que o governo da Defesa Nacional deveria transformar em “decretos de salvação da pátria e da república” (MOLLIN, 1870, p. 100). Essas medidas previam segurança pública, subsistência e habitação. Ele chegou a participar ativamente da defesa de Paris, sendo segundo-tenente do 197º Batalhão. Mas é improvável que tenha tido qualquer participação na Comuna de Paris, dada a posição contrária dos positivistas a qualquer ação revolucionária.

Mas um incidente pessoal mudaria radicalmente as posições de Mollin. Em dezembro de 1873 ele se casou e teve um filho. Mas em 27 de novembro de 1875 ele foi compulsoriamente internado em um sanatório de Sainte-Anne, após ser acusado de alcoolismo e agressão à esposa. Deixou o sanatório em 22 de janeiro de 1876 e passou a acusar o Dr. Robinet e outros colegas do Círculo por conspiração contra ele. Os colegas acusavam-no também de ter roubado a associação durante sua presidência. Mollin foi condenado, em 15 de dezembro de 1879, pela 10ª Câmara do Tribunal Criminal do Sena, a pagar 25 francos de multa e 200 francos de indenização. Pouco depois, em 19 de dezembro, ele

voltou a atacar os líderes positivistas e foi novamente condenado pela 10ª Câmara a pagar multa de 25 francos.

Neste mesmo ano, ele escreve um texto em que se defende e denuncia aquilo que chama de “submundo do positivismo”, mostrando mais uma vez as divisões internas do laffittismo. Acusa o Dr. Robinet e todos os membros da Sociedade Positivista de tramarem contra ele a fim de separá-lo de sua mulher e de seu filho e interná-lo em um sanatório. Argumenta que o próprio Robinet havia convencido sua mulher de que ele era uma pessoa perigosa. Sem mais documentos é difícil dizer se tinha razão ou não, apesar de apresentar muitos detalhes do caso. Mas suas palavras finais são bastante fortes: “Esse círculo já causou muita tensão na escola positivista. Bem, sob tais condições, seria melhor ele se dissolver e parar de brincar de ortodoxia...” (MOLLIN, 1879, p. 230).

Depois de romper com o Círculo, Mollin virou anarquista e em 1879 foi delegado no Congresso dos Trabalhadores Socialistas de Marselha. Defendeu aí posições coletivistas que antes repudiava. Entre 1884 e 1885 colaborou ativamente com os jornais *Terre et Liberté* e *Le Glaneur Anarchiste*. E embora tenha conseguido voltar a viver com sua esposa e seu filho, dela se separou definitivamente em 1901.

Mas apesar da opinião de Mollin e da nítida divisão interna, o Círculo não encerraria tão cedo suas atividades. Depois do fim da AIT, outros operários também tiveram participações significativas em congressos internacionais. Este foi o caso de Émile Laporte, Fabien Magnin e Isidore Finance, no congresso de Paris de 1876. O primeiro discursou sobre o ensino profissional, o segundo sobre representação operária no parlamento e o terceiro sobre cooperativismo.

Segundo Laporte, existem dois tipos de ensino profissional, os mantidos pelo Estado, que visam formar “capatazes” e dão a eles noções de várias profissões e os mantidos por iniciativa dos próprios trabalhadores, que ensinam apenas aquilo que cada profissão precisa saber para ser exercida. Mas nos dois casos o ensino é muito parecido e se baseia fundamentalmente na matemática, na física e na química, deixando de lado a fisiologia, a sociologia e a moral. Os dois tipos de ensino também têm um mesmo objetivo: treinar “um trabalhador

para trabalhar mais rápido e melhor”. Mas não formam nem “cidadãos”, nem “chefes de família” e nem “homens”. Além disso, apesar de reconhecer que este tipo de ensino qualifique os operários para o emprego e os ajudem a ter “maiores salários na vida industrial”, chegará o momento, quando esta qualificação profissional se generalizar entre os trabalhadores, isto é, quando todos tiverem obtido o mesmo nível de qualificação, em que isto servirá para rebaixar seus salários e terá o efeito inverso ao que teve inicialmente (LAPORTE et al, 1877, p. 17).

Além disso, segundo o autor, seria uma ilusão imaginar que este tipo de educação poderia levar os operários aos postos mais altos, os de comando, ainda que tivessem uma educação similar à da burguesia. Pois as funções “superiores nunca exigirão mais do que um pequeno número de indivíduos, seja qual for o número de aspirantes, e a educação, que hoje é uma vantagem muito séria, deixará de sê-lo assim que não for mais privilégio de poucos” (LAPORTE, 1877, p. 17). A educação não deve ser vista como um instrumento de melhoria das condições de vida, mas como um “instrumento de progresso intelectual e progresso moral”, sendo aquele sempre uma mera decorrência deste.

Apesar de dizer que uma tal educação teria o preciso papel de mostrar aos patrões que “não estavam mais lidando com crianças”, o papel principal da educação não é o de libertar os trabalhadores, mas de ajustá-los às engrenagens da indústria, pois os ajudará a reconhecer seu lugar. Ajudará igualmente ao próprio patrão, vítima do egoísmo cego, forçando-o a “mostrar mais justiça, mais benevolência, mais gentileza” (LAPORTE et al, 1877, p. 18-19).

Segue-se então o discurso de Magnin, que não se opõe à representação operária, mas que também não acredita que a libertação da classe se dará por este meio. Os operários não estão esclarecidos o suficiente para atuarem no parlamento e se o tivessem não veriam nisso nenhuma utilidade. Além disso, acha impossível que o número de operários consiga chegar a um patamar expressivo por meio do voto. E, seguindo as “previsões” de Comte, acredita que as assembleias legislativas estavam destinadas a desaparecer, dando lugar a

“assembleias financeiras”. Por fim, para ele quem decide as eleições são sempre os indecisos, aqueles que não estão à direita nem à esquerda, que não têm qualquer opinião e só têm um propósito: tirarem proveito pessoal da situação.

Para ele, então, a função legislativa deveria dar lugar à função de “avaliação”. Caberia ao “avaliador” o “exame cuidadoso de todos os fenômenos sociais” e o “julgamento severo, mas imparcial, de quaisquer atos de todos os funcionários, desde a última guarda rural até o Presidente da República” (LAPORTE et al, 1877, p. 38). Ela teria igualmente a “função” de “moralizar” a opinião pública. O avaliador não seria eleito, mas escolhido por atestada competência e moralidade, e seu cargo seria vitalício. E o mais importante, neste meio não haveria lugar para “os indecisos” e “irresponsáveis”, como no Parlamento, pois os “avaliadores” levariam consigo a responsabilidade de cada opinião, conselho, acusação ou aprovação que desse. Além disso, seria mais fácil rever uma “avaliação feita” do que um voto dado (LAPORTE et al, 1877, p. 42).

Por fim, “as relações entre os membros da sociedade moderna são muito numerosas, muito complicadas, muito diversas, muito variáveis, muito relativas ao tempo, lugar, morte, idade e sexo” para serem expressas por leis cuja natureza e sentido do progresso é serem cada vez mais gerais e menos numerosas (LAPORTE et al, 1877, p. 43). Em suma, a representação operária é uma miragem que não deve ser alimentada pela classe.

Em seu discurso, Isidore Finance, amparando-se em Proudhon, se manifestou contrário ao cooperativismo e ao coletivismo e defendeu a extensão da propriedade individual, único suporte para a inovação e garantia da autonomia familiar. Mas defendeu o desenvolvimento do sindicato, “um grande e necessário interlocutor social entre patrão e operário”. E nisso está de acordo com a cultura sindical francesa que começava a despontar e que se desdobra nos dias atuais.

Três anos depois, em Marselha, o Círculo participaria de outro congresso. Segundo Perrot, foi o de maior ofensiva do positivismo junto à classe operária. Os congressos seguintes – Paris em 1883 e Reims em 1884 – já

não são representados pela organização, embora alguns delegados ainda façam representações individualizadas. Este foi o caso do congresso realizado pelo Partido Operário em 1888, em Londres. Foram três delegados franceses: Saint-Domingue, Michault e Bodin. Cada um deles discursou sobre problemas sensíveis à causa operária.

O discurso de Saint-Domingue trata de vários assuntos, com mensagens curtas e enfáticas. Começa falando sobre impostos. Diz que não é contra o imposto sobre consumo, mas reconhece que ele pesa mais sobre os pobres do que sobre ricos. Rejeita a solução de impostos progressivos sobre a renda, proposta pelos socialistas e defende uma diminuição dos impostos sobre o consumo, compensada por uma diminuição dos gastos públicos ou um ajuste fiscal austero entre receita e despesa. Este corte se daria sobretudo em cima das “obras de luxo, de embelezamento, que administram a geração atual e as que se seguirão, em Paris como na maioria das cidades da França” (SAINT-DOMINGUE et al, 1888, p. 293). Trata-se aqui de uma crítica à herança de Haussman, cujos gastos com embelezamento da cidade provocaram grandes protestos e levaram a sua demissão como prefeito em 1870 (LÖWY, 2006).

Na sequência, diz que é contra a herança, mas não apresenta nenhuma proposta concreta em relação ao problema. Defende a garantia, por parte do Estado, da alimentação e da segurança dos trabalhadores, mas ao mesmo tempo diz ser contra o “Estado de bem-estar”. É contra a apropriação coletiva ou pelo Estado do capital, porque ele tenderia a ser desperdiçado e não acumulado para as futuras gerações. E estima que um terço das receitas públicas são gastas com funcionários, o que acaba por pesar sobre os demais cidadãos na assistência social. Mas, a despeito disso, defende que alguns serviços deveriam ser públicos, tais como transportes e iluminação. É contra o “atual sistema de assistência pública”, porque ele tende a isentar as famílias do cumprimento de seus deveres no socorro aos doentes, idosos e incapacitados. Defende que estes serviços devam existir apenas para aqueles que não têm famílias. Para ele, os hospitais e asilos viraram depósitos de pessoas rejeitadas pelas famílias. E culpa a ida das mulheres para as fábricas, que assim deixam de cuidar de “seus entes

queridos”. Argumenta ainda que se o problema é o custo para as famílias destes doentes, então a solução é melhorar as condições de vida do trabalhador e não se livrar deles.

O delegado Michault também tratou de diversos temas de interesse da classe. Como Saint-Domingue, começou falando dos gastos com obras públicas e assistência, a que chamou de “obras socialistas”, e suas consequências para os trabalhadores. E defendeu que a “a preocupação fundamental de qualquer proletário deve ser fornecer aos sindicatos mais força, autoridade e ação para resistir aos abusos dos empregadores e do capitalismo”. A assistência do Estado apenas enfraquece a luta dos trabalhadores, causando “divisões numerosas” e “indiferença generalizada”. E como Finance, também é contra o cooperativismo, porque ele desvia “o proletariado do estudo de suas questões gerais e acrescenta novos obstáculos à sua organização”. Em suma, o sindicato deve se preocupar em lutar pela melhoria das condições de vida do trabalhador nas fábricas: reduzir jornada de trabalho, acabar com a remuneração “do trabalho por peça”, “facilitado pela excessiva especialização das profissões”, acabar com o trabalho noturno e melhoria dos salários (SAINT-DOMINGUE et al, 1888, p. 297).

Caberia aos sindicatos também a luta, junto aos legisladores, para a mudança das leis que regem as condições de higiene nas fábricas, que são muito precárias. Para isso, deveria ser criada uma “comissão de saneamento”. Mas defende o trabalho das mulheres e crianças em prisões e conventos, uma vez que tais instituições são “necessárias à sociedade”. O trabalho aí realizado deveria ser regulado por uma “taxa de salários estabelecida pelo sindicato da corporação e que a diferença retida dos salários dos prisioneiros seja paga ao fundo estatal ou às famílias dos prisioneiros” (SAINT-DOMINGUE et al, 1888, p. 298).

O discurso do delegado Bodin tratou apenas da instrução profissional e destoa um pouco da fala de outros positivistas sobre o tema, conforme visto anteriormente. Está focado na importância da formação profissional, que tem sido rebaixada em virtude “da extensão do trabalho por peça, da excessiva

especialização, da negligência culposa dos empregadores e da indiferença dos trabalhadores”, bem como da falta de interesse dos pais dos jovens aprendizes, mais preocupados com a ajuda financeira que seus filhos darão à família (SAINT-DOMINGUE et al, 1888, p. 299).

Em virtude deste quadro, Bodin defende que os sindicatos deveriam “ser responsabilizados por esta tarefa”, por meio da criação, sob sua gestão, de “escolas profissionais”. Mas ao mesmo tempo, defende os interesses dos empregadores, ao defender a criação de “contratos de aprendizagem”, onde aqueles se veriam obrigados a prestar o ensino profissionalizante, enquanto o aprendiz não poderia trocar o emprego por outro que considerasse melhor. Segundo Bodin, estes contratos também protegeriam o operário da demissão. E ao fim defende rapidamente o “ensino superior para todas as classes e para ambos os sexos”. Este ensino seria “ministrado em simultâneo com a aprendizagem” (SAINT-DOMINGUE et al, 1888, p. 300-301).

Como se vê, o discurso dos positivistas evolui lentamente para uma defesa mais aberta do sindicalismo. Segundo Perrot, no fim dos anos 1880 encerram-se as participações dos positivistas em congressos operários. Inicia-se um novo período no qual os positivistas, chocando-se contra princípios básicos do comtismo, como a separação entre o poder espiritual e o poder temporal, encaminham suas ações em duas direções principais: “dentro do Estado e dentro do movimento operário”, fornecendo “conselheiros e administradores de destaque”, tanto quanto aprofundando seu trabalho sindical (PERROT, 1978, p. 203).

Keufler se torna vice-presidente do Conselho Superior do Trabalho, órgão consultivo criado em janeiro de 1891 e ligado ao Ministério do Trabalho; Paul Dubuisson e seu irmão Fernand, chefes de gabinete de Jules Roche, Ministro do Comércio; Arthur Fontaine, diretor do Ministério do Trabalho, desenvolvendo, com o auxílio de Finance e Keufer, estatísticas sociais e profissionais; Finance, chefe do Gabinete das Associações Profissionais do Ministério do Comércio. É este grupo de positivistas que vai publicar os quatro volumes do *Professional Workers Associations* (1899-1904). Em sua

introdução, Finance ressalta a importância do trabalho sindical e seu futuro: “O sindicato aparece como a forma superior de associação profissional [...]. Está se tornando rapidamente a melhor escola de dedicação social”. (PERROT, 1978, p. 203)

Além de produzir um volume por ano, a partir de 1891, de estatísticas regulares de greves e associações de trabalhadores, os positivistas do Ministério do Trabalho publicaram cerca de quarenta volumes de inquéritos sobre os mais diversos assuntos. Entre eles destaca-se *Salaire et duration du travail dans l'Industrie française*, em cinco volumes, entre 1893 e 1899. Pretendiam com isso criar uma espécie de “ciência do trabalho, um guia para a reforma social” (PERROT, 1978, p. 204).

Sob a direção de Keufer, a Fédération du Livre concretiza o “modelo positivista de ação sindical”: “sindicalismo democrático, muito organizado, partidário das altas contribuições para apoiar, quando apropriado, uma ampla e longa ação industrial; Sindicalismo sólido e pensativo, mas elitista e corporativista” (PERROT, 1978, p. 204). Poderíamos então aplicar as críticas de Engels ao sindicalismo inglês para pensar esta vertente do sindicalismo francês. Engels criticou os “velhos sindicatos”, por suas características corporativas e por estarem formando uma “aristocracia operária”, a dos trabalhadores sindicalizados. Criticou igualmente o fato de os sindicatos terem feito do aumento salarial e diminuição da jornada de trabalho um “fim em si mesmo” (MARX & ENGELS, 1972, p. 184-214). Michelle Perrot vê muitos aspectos da atual Force Ouvrière neste sindicalismo positivista.

Conclusão

Este artigo buscou mostrar que não é aceitável a tese da divisão da obra de Comte em duas metades que se negam, uma científica e outra religiosa, acompanhada historicamente por duas correntes principais de ideias, o litteísmo e o laffittismo, sendo a primeira composta por autores sérios e combativos e a segunda por pessoas rígidas demais para se engajarem na luta política. Buscou mostrar igualmente que o grupo de Laffitte continha enormes

divisões em seu interior e que uma ala mais social e reformista acabou por se distanciar consideravelmente dos fundamentos doutrinários do positivismo histórico, como o da separação entre poder espiritual e poder temporal.

Quanto a Pierre Laffitte, o líder inicial do grupo, sua obra não é uma mera vulgarização das ideias de Comte, mas busca desenvolver aquilo que considerava inacabado na doutrina. Muitos destes desenvolvimentos guardavam inclusive certa distância do comtismo, como aqueles contidos na crítica da economia política e do liberalismo, assim como no elogio de líderes radicais como Toussaint-Louverture. E nem mesmo foi tão ortodoxo na crítica da ideia de igualdade quanto havia sido seu mestre.

Referências

AGULHON, Maurice. **1848: o aprendizado da república**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ANTOINE, Émile. **Aperçu sommaire sur l'avie et sur l'oeuvre de M. Pierre Laffitte, directeur du positivisme et successeur d'Auguste Comte**. Paris: T. Leclerc, 1881.

CARRO, E. **Litré et le positivisme**. Paris: Hachette, 1883.

CARNEIRO, Paulo E. de Berrêdo. Discurso proferido pelo embaixador Paulo E. de Berrêdo Carneiro, por ocasião da entrega à Biblioteca Nacional da França de todas as obras manuscritas de Auguste Comte, **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, 24(3), p. 7-13, set./dez. de 1981.

COGGIOLA, Osvaldo. A Primeira Internacional Operária e a Comuna de Paris, **Aurora**, Ano V, n. 8, ago 2011.

COMTE, Auguste. **Lettres d'Auguste Comte a Stuart Mill, 1841-1846**. Paris: Ernest Lerroux, 1877.

COMTE, Auguste. **Correspondance inédite d'Auguste Comte**. Paris: Société Positiviste, 1903.

COMTE, Auguste. **Testament d'Auguste Comte**. Paris: Fonds Typographique, 1896 (2ª edição; 1ª edição 1883).

COMTE, Auguste. **Discours sur l'ensemble du positivisme**. Paris: Librairie Scientifique-Industrielle de L. Mathias, 1848.

- DUMONT, Louis. **O individualismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- GRANGE, Juliette. **L'idée de République**. Paris: Pocket, 2008.
- HOBSBAWM, Eric. J. **História do marxismo**, v. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HOBSBAWM, Eric J. **A era do capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- KRIEGEL, Annie. **Les internationales ouvrières**. Paris: Presses Universitaires, 1975.
- LAFFITTE, Pierre. **Cours philosophique sur l'histoire générale de l'humanité**. Paris: Victor Dalmont et Dunot, 1859.
- LAFFITTE, Pierre. **Les grands types de l'humanité. Appreciation systématique des principaux agentes de l'évolution humaine**, v. 1. Paris: Ernest Leroux, 1875.
- LAFFITTE, Pierre. **Le positivisme et l'économie politique. Formation du capital et théorie de la propriété**. Paris: Paul Ritti, 1876.
- LAFFITTE, Pierre. **Toussaint-Louverture. Extrait du cours sur les grands types de l'humanité**. Paris: Buereau de la Revue Occidentale, 1882.
- LAFFITTE, Pierre. **Cours de philosophie première**, tome 2. Paris: Société Positiviste, 1894.
- LAPORTE, Émile; MAGNIN, Fabien; FINANCE. **Le positivisme au congrès ouvrière, discours**. Paris: Paul Ritti, 1877.
- LEONIDIO, Adalmir. Littré e os novos caminhos do positivismo, **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 48-65, jan/jun de 2021.
- LEPENIES, Wolf. *As três culturas*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- LINS, Ivan. **História do positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen*. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- LÖWY, Michael. **A teoria da revolução no jovem Marx**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LÖWY, Michael. “A cidade, lugar estratégico do enfrentamento de classes”, **Margem Esquerda**, n. 8, 2006.

MARX, K. **Marx no seu tempo**. Lisboa: Dinossauro, 2001.

MARX, K.; ELGELS, F. **Le syndicalisme**. Paris: François Maspero, 1972.

MOLLIN, Gabriel. **Rapport sur le 4e Congrès de la Association Internationale des Travailleurs tenu à Bâle (Suisse) au mois de septembre 1869**. Paris: Armand Le Chevalier, 1870.

MOLLIN, Gabriel. **Les dessous du positivisme. Lettre a M. Le Dr. Robinet**. Paris: Typ. Rudrauf, 1879.

PAIM, Antônio. **História das ideias filosóficas no Brasil**. São Paulo: Grijalbo, 1967.

PERROT, Michelle. Note sur le positivisme ouvrier. In: **Romantisme**, 1978, n°21-22. **Les positivismes**. pp. 201-204.

RIBEIRO JR., João. **O que é positivismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SAINT-DOMINGUE et al, Discourse des délégués au Congrès du Parti des Travailleurs, **La Revue Occidentale**, Paris, Ano 11, n. 6, novembro de 1888.

SAMÉRIE, E. **La Politique Positive**, n. 1, Paris, 16 avril 1872.

VERDENAL, René. A filosofia positiva de Auguste Comte. In: CHATÉLET, François. **História da filosofia**, v. 5. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

WINOCK, Michel. **As vozes da liberdade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

Recebido em: 26 de fevereiro de 2021

Aceito em: 7 de novembro de 2022